

ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA TERCEIRA C MARA
CRIMINAL APELAÇÃO CRIMINAL N. 0004851-02.2018.8.10.0001 ORIGEM: JUÍZO DA
2ª VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA APELANTE: MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO APELADO: MAILSON DA HORA RODRIGUES
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO
JOAQUIM LIMA BONFIM EMENTA PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL.
TRAFICO DE DROGAS. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. AFASTAMENTO DO REDUTOR
PREVISTO NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. RECURSO CONHECIDO E
PROVIDO. 1. Da análise das provas dos autos, verifico que o apelado,
diversamente do alegado em juízo, não se trata de um traficante eventual,
mas de agente que efetivamente se dedicava à atividade criminosa,
especialmente diante das circunstâncias do crime, local e quantidade de
drogas apreendidas, elementos que, nos termos da jurisprudência do STJ,
denotam a dedicação às atividades criminosas. 2. Depreende-se, ainda, que
os policiais militares, autorizados pelo apelante após o flagrante, foram
até a residência deste, ocasião em que encontraram 01 (uma) pedra grande e
03 (três) pedras menores de substância semelhante ao crack; 01 (uma) pedra
de substância semelhante à cocaína; 01 (uma) porção média e 09 (nove)
invólucros da mesma substância em pó, de cor branca, que se encontrava no
interior de um aparelho de som, além de uma porção de maconha e 01 (um)
tijolo da mesma matéria esverdeada, prensada, numa sacola de plástico,
embaixo da geladeira. 3. Ademais, na mesma oportunidade, foram
encontrados: 01 (um) revólver municiado e 11 (onze) munições intactas do
mesmo calibre, além de constar no depoimento pessoal do apelado que ele
integra a facção criminosa "Comando Vermelho". 4. A aplicação da causa de
diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, com o
consequente reconhecimento do tráfico privilegiado, exige que o agente
seja primário, tenha bons antecedentes, não se dedique a atividades
criminosas e não integre organização criminosa. 5. Apelo conhecido e
provido para reformar a sentença a quo e afastar a minorante prevista no
art. 33, § 4º, do CP. (ApCrim 0004851-02.2018.8.10.0001, Rel.
Desembargador (a) SEBASTIAO JOAQUIM LIMA BONFIM, PRESIDÊNCIA, DJe
25/07/2023)